

**Documento assinado pelo procurador-geral da República visa ampliar a cooperação entre as instituições**

O procurador-geral da República, Augusto Aras, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Sustentável (BNDES), Gustavo Montezano, assinaram, nesta terça-feira (10), um acordo de cooperação técnica que tem o objetivo de aprimorar a atuação no combate à corrupção. A medida visa ampliar a cooperação entre as instituições e contribuir para a troca de informações, a transparência institucional, a eficácia e a agilidade no enfrentamento ao crime. “Queremos continuamente promover a parceria interinstitucional para que o Estado brasileiro se estruture por meio de instituições permanentes, especialmente para o desenvolvimento socioeconômico do país em todas as suas dimensões, no propósito de atingir o bem comum, que é o dever do Ministério Público Federal e o BNDES, o que inclui o fomento e a promoção do desenvolvimento socioeconômico”, enfatizou o PGR ao assinar o documento.

O acordo prevê o compartilhamento de dados e documentos de pessoas e empresas que tenham ou solicitam algum tipo de relacionamento com o banco. As informações que tenham qualquer tipo de sigilo, como bancário ou empresarial, permanecerão protegidas ao serem enviadas ao Ministério Público. Ao compartilhar recursos técnicos e boas práticas, o BNDES contribuirá para a efetividade na fiscalização e no controle do MPF das atividades realizadas pela instituição financeira. O aprimoramento dos procedimentos internos do banco, como avaliação de risco e acompanhamento de operações, também é um dos objetivos da parceria.

**Saiba mais** - O acordo é uma das dez ações previstas na campanha “BNDES Aberto”, lançada em novembro deste ano. A iniciativa visa a ampliação da transparência e do acesso às informações da instituição financeira. Para a parceria firmada com o PGR, o banco colocará seus especialistas em diversos setores - economia, meio ambiente, mercado de capitais, infraestrutura, desestatização - a serviço do MPF.

**Fonte:** Procuradoria-Geral da República, em 10.12.2019

**Foto:** Antonio Augusto/ Secom/PGR